

# As Missões da ONU na África Austral: Sucessos e Fracassos

Luís Castelo Branco

*Está a terminar o Doutoramento em Estudos Africanos no ISCTE. O título da tese é A Política Externa Sul-Africana: Do Apartheid a Mandela. Adido Cultural em S. Tomé e Príncipe.*

## Resumo

A experiência das missões de *peacekeeping* da ONU na África Austral surgiu num ambiente de desanuiamento internacional e regional provocado pelo fim do conflito bipolar. Embora as três missões abordadas neste artigo, UNTAG, UNAVEM e ONUMOZ, tenham surgido devido ao novo ambiente internacional, a verdade é que os seus resultados foram bem diferentes. No caso da UNTAG na Namíbia, o seu sucesso ficou a dever-se ao longo envolvimento que as Nações Unidas tiveram com esta questão, muito ligada ao problema do *apartheid*. No caso da UNAVEM em Angola, a missão foi prejudicada quer pela falta de meios disponibilizados, quer pela falta de empenhamento das partes angolanas, o que provocou com que esta missão fosse um dos maiores fracassos da ONU. No caso da ONUMOZ em Moçambique, o seu sucesso ficou a dever-se, em parte, ao facto do processo moçambicano decorrer cronologicamente quase em simultâneo com o angolano, o que implicou um esforço adicional das partes, nacionais e internacionais, para evitar os erros cometidos no processo angolano.

## Abstract

*The experience of the UN missions of peacekeeping in Southern Africa occurred in an environment of international and regional appeasement as a result of the ending of the cold war. In spite of the fact that the three missions analyzed in this article (UNTAG, UNAVEM and ONUMOZ) were born in the same international environment the fact is, that the final results were quite different. Concerning the UNTAG in Namibia its success was mainly due to the long term mingling of the UN with the situation deeply linked with the apartheid problem. As far as the UNAVEM in Angola is concerned, its mission was unsuccessful not only because of the lack of means but also because of the shortage of engagement of the Angolans involved. The positive results of the ONUMOZ in Mozambique was closely linked with the Angolan situation involving thus additional efforts on both international and national levels, in order to avoid the latter country's same mistakes.*

## Introdução

Uma das consequências do fim da Guerra Fria foi o de permitir a resolução de conflitos regionais que, na sua gênese, estavam muito influenciados pela lógica bipolar. O desanuviamento internacional facilitou o início da resolução de vários desses conflitos, passando a ONU a ser encarada como o actor privilegiado no apoio à implementação de processos de paz. Assim se compreende o enorme aumento de missões de *peacekeeping* que se registaram nos anos 90.

Se em 1987 a ONU estava envolvida em cinco missões deste tipo, as quais envolveram um total de 10 mil militares, em 1994 o seu número aumentou para 17, envolvendo 70 mil militares. Destas missões, 70% eram em território africano, sendo a região da África Austral<sup>1</sup> uma área privilegiada fruto dos conflitos que aí decorriam. Este aumento de missões da ONU levou a que o seu orçamento de *peacekeeping* aumentasse de 400 milhões de USD em 1990, para mais de 3.4 biliões de USD em 1994<sup>2</sup>.

O aumento considerável de pedidos de intervenção da ONU para resolver conflitos teve duas consequências. Em primeiro lugar, aumentou a visibilidade e a esperança depositada no papel das Nações Unidas na resolução dos conflitos. Em segundo lugar, provocou uma gradual alteração entre a teoria e a prática, ou seja, entre os conceitos que sustentavam as intervenções e o trabalho de facto exigido no terreno.

De acordo com a definição de *UN Peacekeeping* apresentada por Marrarak Goulding, Secretário Geral Adjunto para os Assuntos Políticos, este conceito visava o seguinte<sup>3</sup>:

*Field operations, established by the United Nations, with the consent of the parties concerned, to help control and resolve conflicts between them, under United Nations command and control, at the expense collectively of the member states voluntarily by them acting impartially between the parties and using force to the minimum extent necessary.*

Durante a Guerra Fria, as missões da ONU seguiram, de facto, esta descrição de tarefas. Porém, a partir de 1988, as missões das Nações Unidas passaram a ter ambições mais vastas. Para além da tradicional separação das partes em confronto, pedia-se, a estas missões, que se ocupassem com tarefas relacionadas com a recuperação das instituições

---

1 Não existe uma definição geográfica universal de África Austral, a mais consensual, e que será utilizada neste artigo, inclui os seguintes países: Angola, Namíbia, África do Sul, Botswana, Lesoto, Suazilândia, Moçambique, Zâmbia, Zimbabwe, Malawi e Tanzânia.

2 Jakkie Cilliers & Greg Mills: *Peacekeeping in Africa*, p. 1.

3 Marrarak Goulding: *The Evolution of United Nations Peacekeeping*, p. 455.

do estado; a preparação de eleições livres; a distribuição de ajuda; a desmilitarização dos combatentes, o seu acantonamento e desarmamento.

A falta de experiência da ONU, aliada aos crescentes custos destas missões, são elementos essenciais para se compreender os sucessos e os fracassos das suas intervenções.

Foi neste contexto de profunda alteração mundial, que a ONU foi chamada a intervir na região da África Austral. Nos três casos abordados neste artigo, Namíbia, Angola e Moçambique, as missões da ONU foram para o terreno após as partes em confronto terem alcançado um acordo. A grande diferença foi que em dois casos, Namíbia e Moçambique, a ONU teve um papel determinante no processo negocial, nomeadamente na planificação da implementação do acordado. No caso angolano, a participação da ONU durante a fase negocial foi claramente marginal.

## 1. A UNTAG na Namíbia

O diferendo à volta da Namíbia tinha na sua origem a ocupação sul-africana do território desde o fim da I Guerra Mundial. Na sequência da derrota alemã no conflito mundial, este país perdeu todas as suas colónias, as quais foram distribuídas pelas potências vencedoras, tendo o Sudoeste Africano Alemão sido atribuído à África do Sul através de um mandato tipo C da Sociedade das Nações<sup>4</sup>.

Após a criação da ONU, o Sistema de Mandatos da SDN foi substituído pelo Sistema de Tutela<sup>5</sup>. Todos os territórios sob mandato passaram a estar sob alçada do novo sistema tal como ficou previsto na Carta da ONU. Os sul-africanos, prevendo o aumento do criticismo internacional à volta das suas pretensões sobre o Sudoeste Africano, tentaram, logo na Conferência de S. Francisco, obter a concordância internacional para a anexação definitiva do território, objectivo que não conseguiram alcançar.

---

4 Foram criados três tipos de mandatos: A, B, C. Os do tipo A diziam respeito aos antigos territórios do Império Austro-Hungaro, à Síria, Líbano e Palestina. Os do tipo B e C diziam respeito a territórios que só estavam habilitados a obter a independência a longo prazo. Armando Campos: África do Sul. Potência Regional, p. 323.

5 De acordo com o Artigo 77 da Carta das Nações Unidas, o Sistema de Tutela visava abranger três tipos de territórios: territórios sob mandato; territórios que pudessem ser separados de Estados inimigos em consequência da II Guerra Mundial; e territórios voluntariamente colocados sob tal sistema por estados responsáveis por tal administração. Os objectivos do Sistema de Tutela eram, segundo o Artigo 76 da Carta da ONU, os de fomentar o progresso político, económico, social e educacional dos habitantes dos territórios tutelados e o seu desenvolvimento progressivo para alcançar um governo próprio ou a independência. Carta da Organização das Nações Unidas. <http://www.un.org/Overview/Chapter/chapte11.html>

Face à recusa da ONU em aceitar o pedido de Pretória, o governo sul-africano decidiu apresentar, a 6 de Dezembro de 1949, o caso ao Tribunal Internacional de Justiça. Na sua decisão, o Tribunal fez saber, a 11 de Julho de 1950, que os sul-africanos não tinham qualquer obrigação jurídica de concluir um acordo de Tutela para o Sudoeste Africano, extinguindo assim o mandato existente. Porém, esta não foi a opinião da Assembleia Geral da ONU, que, cada vez mais, pressionou o governo de Pretória a aceitar o novo Sistema.

O início do movimento descolonizador dos anos 60 fez ressurgir a questão da ocupação sul-africana do Sudoeste Africano. A questão ganhou maior visibilidade internacional a partir da criação do *South West People's Organisation (SWAPO)*<sup>6</sup> cujo grande objectivo era: *the liberation of the namibian people from colonial oppression and exploitation*<sup>7</sup>.

Em Agosto de 1966, a SWAPO iniciou a luta armada, a qual só ganhou alguma dimensão a partir de 1975, altura em que o movimento namibiano passou a contar com bases em Angola. Mais significativas que as vitórias militares para a SWAPO foram as vitórias diplomáticas. Em 1965 a SWAPO obteve uma importante vitória diplomática ao ser reconhecida pela Organização de Unidade Africana (OUA), como único e legítimo representante do povo da Namíbia<sup>8</sup>. Em 1971, o Tribunal Internacional de Justiça declarou a ocupação sul-africana da Namíbia ilegal exigindo a retirada imediata dos sul-africanos.

Face ao impasse da situação no terreno, um conjunto de países, conhecidos como o Grupo de Contacto, liderados pelos EUA, decidiram envolver-se activamente na resolução desta questão. O ponto de partida deste Grupo, que incluía também a GB, Canadá, França, RFA, era o cumprimento da resolução 385<sup>9</sup> do Conselho de Segurança da ONU que previa a realização de eleições como meio para decidir o futuro do território. Dos esforços do Grupo de Contacto surgiu um documento que, após a aprovação do Secretário Geral da ONU, Kurt Waldheim, deu origem à resolução 435, aprovada pelo Conselho de Segurança em 29 de Setembro de 1978. Esta resolução estabeleceu fundamentos para a independência da Namíbia<sup>10</sup>.

---

6 A SWAPO teve a sua origem no *Ovamboland People's Congress* fundado em 1957 na Cidade do Cabo por Andimba Toivo ja Toivo. SWAPO (1985): *Nasce uma Nação. Luta de Libertação na Namíbia*, Departamento de Informação e Publicidade, pp. 194-195.

7 Gwyneth Williams & Brian Hackland: *The Dictionary of Contemporary Politics of Southern Africa*, p. 262.

8 O nome Namíbia foi adoptado em homenagem ao deserto do Namib que ocupa grande parte do território. A partir de 1968, a ONU passou, a pedido da SWAPO, a designar oficialmente o território por Namíbia, deixando de utilizar o termo Sudoeste Africano.

9 Resolução 385 do Conselho de Segurança da ONU, aprovada a 30 de Janeiro de 1976.

<http://www.un.org/documents/sc/res/1976/76r.385e.pdf>

10 Resolução 435 do Conselho de Segurança da ONU. <http://www.un.org/documents/sc/res/1978/78r435e.pdf>

1. Eleições gerais supervisionadas pela ONU;
2. O fim da legislação discriminatória;
3. Cessar-fogo e retirada gradual das forças sul-africanas;
4. A criação da United Nations Transition Assistance Group (UNTAG).

Apesar da liderança sul-africana ter dado, de início, o seu acordo a este plano, acontecimentos internos<sup>11</sup> paralisaram a aplicação da resolução 435, adiando por uma década a independência da Namíbia.

O plano previsto na resolução 435 foi recuperado em finais dos anos 80, numa altura em que a situação internacional e regional permitiu avançar com a independência da Namíbia. Os acontecimentos regionais dos anos 80 tinham ligado intimamente a questão namibiana à angolana, com Pretória a justificar a sua presença na Namíbia como medida defensiva contra a presença de tropas cubanas em Angola. Nesse sentido, para os sul-africanos qualquer resolução da questão namibiana passava, necessariamente, pela retirada das tropas cubanas de Angola.

Resolvida a questão da retirada das tropas cubanas de Angola, estavam criadas as condições para a real implementação da resolução 435, cujo primeiro passo foi a criação da UNTAG. O facto de ter passado uma década entre a sua criação em 1978 e a sua implantação no terreno, em 1989, o mandato inicial da UNTAG sofreu algumas alterações<sup>12</sup>.

Após a sua criação, a UNTAG não assumiu o controlo da Namíbia. O Administrador sul-africano, Louis Pinnar, continuou à frente dos destinos do território durante a fase da transição, embora a sua acção fosse supervisionada pelo Representante Especial do Secretário Geral da ONU, o finlandês Marti Ahtisaari.

A UNTAG tinha uma componente civil, que incluía o contingente policial, e uma componente militar constituída por cerca de 4.493 militares<sup>13</sup>. O número de militares

---

11 Em Setembro de 1978 o Primeiro-Ministro sul-africano, John Vorster, foi afastado do cargo tendo sido substituído por P. W. Botha, figura muito próxima dos sectores mais conservadores da população *afrikander*. Botha considerava que a aceitação do plano da ONU para a Namíbia seria entendido como uma prova de fraqueza da África do Sul. Face à alteração regional do equilíbrio de forças, devido às independências de Angola e Moçambique, a independência da Namíbia seria nefasta para o regime do *apartheid*.

12 Estas alterações visavam dar garantias adicionais a todos aqueles que temiam uma vitória esmagadora da SWAPO nas eleições a realizar. Estas alterações foram incluídas nos princípios constitucionais de 1982 e no Protocolo de Genebra de 1988. Roger Hearan: *UN Peacekeeping in Action. The Namibian Experience*, pp. 60-62.

13 Para além desta componente militar, a UNTAG era ainda composta por 1.500 polícias, 2.000 funcionários internacionais e locais e 1.000 observadores eleitorais internacionais. *UNTAG. Facts and Figures*. [http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/co\\_mission/untagF.htm](http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/co_mission/untagF.htm)

inicialmente previsto era maior, só que questões orçamentais obrigaram a ONU a reduzir este número. No período de maior actividade, durante as eleições de Novembro de 1989, a UNTAG chegou a ter no terreno 8 mil efectivos que, para além da componente civil e militar anteriormente referidas, incluía trabalhadores locais e observadores internacionais enviados expressamente para acompanhar o processo eleitoral.

Uma vez no terreno, a missão da UNTAG foi a de criar condições para a realização de eleições livres e justas na data estabelecida. A criação de tais condições obrigou a UNTAG a desenvolver esforços que foram muito para além daquilo que tinha sido o trabalho de missões de *peacekeeping* até então. O facto de estar fortemente implantada no terreno, permitiu à UNTAG eliminar as campanhas de intimidação, levadas a cabo quer por apoiantes da *Democratic Turnhalle Alliance* (DTA), movimento apoiado pelos sul-africanos, quer por apoiantes da SWAPO, ao mesmo tempo que permitiu a aproximação das partes. A UNTAG foi responsável pela criação de condições de diálogo entre a DTA e a SWAPO, o que permitiu a resolução de inúmeras questões antes que estas se agravassem e ameaçassem o processo.

Igualmente importante foi a presença de observadores internacionais para acompanharem o processo eleitoral salvaguardando-o assim de eventuais fraudes. Esta forte presença de observadores permitiu que as várias fases do processo eleitoral – recenseamento, educação cívica, campanha eleitoral, contagem, anuncio dos resultados e aceitação dos mesmos pelas partes –, fossem devidamente acompanhadas<sup>14</sup>.

Apesar do sucesso final da UNTAG, a verdade é que ao longo da sua existência esta missão teve que enfrentar alguns problemas. O principal teve a ver com o facto dos planos de implementação da UNTAG, embora revistos, terem sido criados, no essencial, dez anos antes da sua implementação. O problema é que a situação interna e regional mudou muito durante a década de 80. Se nos anos 70 a dimensão militar da operação era prioritária, nos anos 80 a prioridade passou a ser a componente civil, nomeadamente a policial.

Um outro problema foi a incapacidade inicial da UNTAG em controlar os conflitos armados registados no território fruto da entrada de guerrilheiros da SWAPO em território namibiano vindos de Angola<sup>15</sup>. Estes incidentes acabaram por se tornar numa lição

---

14 A SWAPO ganhou as eleições e o seu líder, Sam Nujoma, tornou-se Presidente da Namíbia. A DTA ficou em segundo lugar. Na sequência destas eleições, a Namíbia ascendeu à independência a 21 de Março de 1990.

15 Esta questão ficou a dever-se a uma interpretação diferente do acordado, feita por sul-africanos e pela liderança da SWAPO, quanto ao momento em que as forças do movimento namibiano podiam regressar ao território.

importante para a ONU, ou seja, não se devem fixar datas para o início das missões sem antes garantir o financiamento necessário para o seu funcionamento.

Alguns aspectos ligados ao planeamento e deslocamento da UNTAG fizeram ver a necessidade de uma reforma dos procedimentos de maneira a flexibilizar e acelerar o processo. Esta realidade acabou por ser uma constante nas missões da ONU durante os anos 90, nomeadamente na Serra Leoa e Ruanda, e foi uma das principais razões que explicam o aparecimento do relatório Brahimi<sup>16</sup>.

Mas, no cômputo geral, a UNTAG foi considerada como uma missão de sucesso, pois o seu principal objectivo, a aplicação da resolução 435 foi concluída com êxito, e a transição na Namíbia foi alcançada pacificamente. Face a este resultado vale a pena salientar as razões que ajudam a explicar o sucesso obtido e as suas consequências para futuras missões:

1. A ONU esteve envolvida na questão namibiana quase desde o seu aparecimento, o que lhe permitiu que o grau de conhecimento, assim como o nível de recursos afectados fosse mais elevado do que o de uma missão normal. Nesse sentido, a campanha internacional contra o *apartheid*, que isolou o regime sul-africano, foi benéfica para o processo namibiano.
2. As principais partes envolvidas, SWAPO e África do Sul, aperceberam-se de que o conflito não tinha solução militar, sendo a opção diplomática a única possível. Nesse sentido, ambas as partes acabaram por se comprometer, a fundo, com o plano delineado pela ONU.
3. Ao nível dos actores externos houve um forte empenho no apoio aos esforços da ONU. O apoio internacional foi determinante para dotar a UNTAG dos meios suficientes para cumprir a sua missão. Nesse sentido foi importante o número de militares para controlar as questões militares, e o número de polícias e observadores internacionais para controlar e credibilizar o processo eleitoral.
4. Este forte e bem treinado aparelho militar e policial no terreno permitiu não só à UNTAG controlar a situação, reduzindo o nível de intimidação como favoreceu a

---

16 Lakhdar Brahimi foi o responsável por um grupo de trabalho que se debruçou sobre as Missões da ONU. Este grupo apresentou, em Agosto de 2000, um relatório final intitulado: *Panel on United Nations Peace Operations*, também conhecido como o Relatório Brahimi. Este relatório foi a resposta da ONU à necessidade de reformular o seu modo de agir na sequência do fracasso de várias missões como a do Ruanda, Serra Leoa e Bósnia. Report of the Panel on United Nations Peace Operations.  
[http://www.un.org/peace/reports/peace\\_operations/](http://www.un.org/peace/reports/peace_operations/)

pacificação interna e aproximou as partes em confronto, as quais passaram a privilegiar o diálogo como modo de resolver os diferendos que iam surgindo.

O sucesso da UNTAG na Namíbia teve consequências que extravasaram as fronteiras do país. A resolução pacífica da questão namibiana teve um efeito positivo nas reformas do sistema político na África do Sul. Pouco antes da independência da Namíbia, Nelson Mandela foi libertado e o processo de transição sul-africano iniciou-se. A experiência namibiana demonstrou à minoria branca sul-africana que não tinha nada a recear de um governo da maioria negra.

## 2. A UNAVEM em Angola

A guerra civil em Angola atravessou, entre 1976 e 1990, duas fases distintas. Uma primeira fase, entre 1976-1985, foi claramente marcada pelo ambiente da Guerra Fria. Nesta fase, a URSS apareceu fortalecida pelo seu sucesso na intervenção angolana, pela intervenção na guerra do Ogaden e mais tarde pela intervenção no Afeganistão. Os EUA viveram momentos muitos complicados devido ao escândalo de Watergate, a queda de Saigão e aos erros cometidos a propósito da gestão da crise iraniana.

Em Angola, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) viu a sua posição fortalecida com o apoio material soviético e pelo auxílio humano cubano. Os EUA viram o seu aliado, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) a desaparecer rapidamente e transferiram o seu apoio para o outro movimento não marxista, ou seja, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Para além do apoio norte-americano, a UNITA também pode contar com o apoio e o envolvimento militar da África do Sul, país que receava as consequências da presença cubana em território angolano.

A vitória eleitoral de Ronald Reagan, em 1980, foi muito importante para a UNITA. Reagan revogou a Emenda Clark, que impedia o apoio norte-americano aos movimentos angolanos, e formulou a política de *Linkage Politics*<sup>17</sup>, a qual ligou a presença de tropas cubanas em Angola à independência da Namíbia, ou seja, enquanto o contingente militar cubano se mantivesse em Angola, a Namíbia nunca poderia ascender à independência.

---

<sup>17</sup> O grande promotor deste conceito, que foi utilizado por norte-americanos e sul-africanos, foi Chester Crocker, Sub-Secretário de Estado para os Assuntos Africanos da administração de Reagan.



Entre 1980 e 1985, Angola conheceu períodos de grande intensidade nos combates. Particularmente importantes foram as ofensivas das forças armadas angolanas, as FAPLA, em Maio de 1984 na província do Cuando-Cubango e o ataque a Mavinga em Junho 1985. Este último foi travado pela UNITA com o apoio do exército sul-africano.

Uma segunda fase da guerra civil angolana abrangeu o período de 1986 a 1990, tendo sido marcado pelo declínio da ordem bipolar, o que implicou uma diminuição na intervenção externa no conflito. Estas alterações a nível mundial, tiveram consequências na região da África Austral, com vários dos conflitos aí existentes a serem resolvidos. Angola conheceu ainda durante esta fase fortes confrontos militares, como o ataque das FAPLA e dos cubanos contra Cuito-Cuanavale em Agosto de 1987.

O sucesso da intervenção da ONU na Namíbia e a ligação da situação neste território ao conflito angolano deixava antever uma possível resolução do conflito em Angola. O envolvimento da ONU na questão angolana surgiu da aplicação do conceito *Linkage Politics*. Como foi referido anteriormente, a aplicação da resolução 435, e a consequente independência da Namíbia estava ligada e dependente da prévia retirada das tropas cubanas de Angola.

Após um intenso esforço diplomático, dois acordos foram assinados, em Dezembro de 1988, em Nova Iorque. Um, entre Angola, Cuba e África do Sul, o qual permitia a aplicação da resolução 435. O segundo, entre Cuba e Angola, o qual estabeleceu o calendário para a retirada gradual das tropas cubanas de Angola. Antecipando este último acordo, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a criação da *United Nations Angola Verification Mission* (UNAVEM), que no futuro será conhecida como UNAVEM I, com o objectivo de verificar a retirada das tropas cubanas de Angola.

Na sequência do acordo de paz de Bicesse, assinado pelo governo angolano e pela UNITA sob mediação portuguesa, a ONU foi convidada a envolver-se na implementação da paz. O pedido oficial para a participação da ONU foi feito pelo governo angolano. À ONU pedia-se que verificasse o cumprimento do cessar-fogo e fiscalizasse a acção da polícia angolana. Esta missão da ONU, que ficará conhecida como UNAVEM II, ficou estabelecida através da aprovação, a 30 de Maio de 1991, da resolução 696 do Conselho de Segurança<sup>18</sup>.

Ao contrário do que sucedera na Namíbia, o envolvimento da ONU foi mais tardio e mais limitado. Mesmo durante a aplicação do acordo de Bicesse, não foi reservado à ONU

---

18 Resolução 696 do Conselho de Segurança da ONU.

<http://ods-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NRO/696/32/IMG/NR059632.pdf?OpenElement>.

qualquer lugar no órgão central responsável pelo período de transição, a Comissão Conjunta Política e Militar (CCPM)<sup>19</sup>. Para além das partes signatárias do acordo de paz, tinham assento na CCPM a troika de observadores, Portugal, EUA e URSS. A ONU podia, eventualmente, ser convidada a participar nas reuniões da CCPM.

Face à complexidade da situação no terreno, o mandato inicial da UNAVEM II foi posteriormente alargado, através da aprovação, a 27 de Março de 1992, da resolução 747 do Conselho de Segurança<sup>20</sup>, de modo a incluir o processo de observação das eleições de Setembro de 1992.

Apesar da importância da tarefa que se atribuía à ONU, a verdade é que ela entrou a meio neste processo e, em muitos aspectos, foi confrontada com factos consumados, limitando-se a agir em cenários que não considerava os ideais. A marginalização da ONU do centro do processo de transição angolano ficou a dever-se à conjugação de vários factores<sup>21</sup>:

1. O governo do MPLA deixou ficar claro, desde o início, que era a ele, e só a ele, a quem competia a organização das eleições. Ainda imbuído pelo espírito do conflito bipolar, o MPLA temia que uma ONU, muito influenciada pelos norte-americanos, fosse favorável à UNITA. Assim sendo, e ao contrário do que aconteceu na Namíbia, a ONU não foi capaz de acompanhar todas as fases da preparação do acto eleitoral.
2. A UNITA também não via com bons olhos uma missão da ONU com fortes meios no terreno, o que lhe dificultaria a tarefa de ocultar quer tropas, quer armamento pesado, situações em clara violação do acordo de paz assinado.
3. Para a Sociedade Internacional também interessava uma missão pequena em Angola. Depois da despesa da missão da ONU no Camboja e a contribuição generosa de vários países para a Guerra do Golfo, havia um desejo generalizado de poupança. Este desejo ficou bem patente na incapacidade da Representante Especial do Secretário Geral da ONU, a inglesa Margaret Anstee, em obter o número de capacetes azuis que ela considerava necessários para levar a cabo a missão de que

---

19 A Comissão Conjunta Político-Militar foi criada pelo Acordo de Paz de Bicesse, tendo por missão o controlo político global do processo de cessar fogo, velar pela aplicação do Acordo de Paz, garantindo o estrito cumprimento de todos os entendimentos políticos e militares e decidindo, em última instância, sobre eventuais violações dos mesmos.

20 Resolução 747 do Conselho de Segurança da ONU.

<http://ods-dls-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NRO/011/06/IMG/NR001106.pdf?OpenElement>.

21 Moisés Venâncio: *The United Nations, Peace and Transition: Lessons from Angola*, pp. 57-58.

a UNAVEM II estava incumbida, nomeadamente a fiscalização do cessar-fogo, a desmobilização e acantonamento das tropas.

Se compararmos a missão da UNAVEM II com outras, apercebemo-nos da falta de recursos desta para levar a cabo os seus objectivos. A UNAVEM II teve, entre Junho de 1991 e Outubro de 1992, um orçamento de 118 milhões de USD. A UNTAG, entre Abril de 1989 e Março de 1990, teve 480 milhões de USD e a missão no Camboja, a *United Nations Transitional Authority in Cambodia* (UNTAC), entre Março de 1992 e Setembro de 1993, teve 2 biliões de USD. Ao nível de pessoal a UNAVEM teve, entre Março de 1991 e Março de 1993, 1.120 membros, enquanto a UNTAG teve 8 mil e a UNTAC teve 22.000<sup>22</sup>.

Os recursos limitados também tiveram consequências no processo eleitoral, nomeadamente no dia das eleições. A ONU acabou por ter pouca presença no terreno, com apenas 400 observadores, e, para além disso, os observadores eleitorais debateram-se com problemas de transporte o que lhes dificultou ainda mais a tarefa. Assim, quando a ONU se pronunciou sobre o processo eleitoral, na verdade apenas tinha um conhecimento limitado sobre a forma como o mesmo tinha decorrido. Apesar da ONU ter tido um papel marginal em todo o processo angolano, foi à UNAVEM II a quem foi pedido que desse um veredicto final sobre a validade das eleições. Através de Margaret Anstee, a ONU declarou as eleições livres e justas<sup>23</sup>. A UNITA e outras formações políticas angolanas acusaram o governo de ter patrocinado fraudes maciças que alteraram substancialmente o resultado final.

Apesar de ter investigado várias denúncias de fraude, e ter reconhecido a existência de irregularidades, muitas delas fruto da inexperiência eleitoral da população, a UNAVEM II acabou por não encontrar indícios de fraudes generalizadas que tivessem afectado significativamente o resultado final. A dúvida que fica é a de saber se mesmo que a ONU tivesse encontrado esses indícios iria ou não divulgá-los, isto porque face às pressões a que a ONU estava sujeita no sentido de diminuir custos, seria impensável a repetição das eleições e o consequente prolongamento da missão no terreno.

A não aceitação dos resultados eleitorais por parte da UNITA e a crescente instabilidade no país culminaram, em Novembro de 1992, num regresso à guerra civil.

---

22 UNTAG. *Facts and Figures*. [http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/co\\_mission/untagF.htm](http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/co_mission/untagF.htm). UNTAC. *Facts and Figures*. [http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/co\\_mission/untac.htm](http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/co_mission/untac.htm). UNAVEM II. *Facts and Figures*. <http://www.un.org/Depts/dpko/missions/unavem2/UnavemIIF.html>

23 Os resultados eleitorais finais deram uma vitória nas legislativas ao MPLA, com 53.7% dos votos, sobre a UNITA que obteve 34.1%, mas nas presidenciais seria necessária uma segunda volta já que Eduardo dos Santos obteve 49.6% e Jonas Savimbi 40.1%.

Se do processo namibiano a ONU saiu com a sensação do dever cumprido, no caso angolano a sensação foi a de uma clara frustração. Mas, se o sucesso da UNTAG permitiu à ONU retirar algumas lições importantes, o fracasso da UNAVEM II também permitiu o mesmo:

1. Basear um acordo de paz apenas na boa vontade das partes não é suficiente para garantir o seu cumprimento. Tanto o MPLA como a UNITA estavam mutuamente desconfiadas e tomaram precauções defensivas, em clara violação do acordo assinado. Perante este caso é essencial a existência de uma terceira força no terreno com capacidade para fiscalizar eficazmente o estipulado.
2. O modelo do *winner takes all* foi claramente prejudicial para a reconciliação nacional. Face às tensões e ao equilíbrio de poderes existentes, era necessário que as principais partes envolvidas tivessem a sensação de ganhar algo com a paz. Nesse sentido, o melhor modelo a adoptar teria sido o de partilha de poderes, o qual foi seguido, em 1994, pelo processo de transição sul-africano.
3. Para a ONU ficou claro não ser possível voltar a participar em processos como o de Angola. A ONU ficou à margem das negociações de paz e depois foi encarregada de garantir o seu cumprimento. Pediu-se demais da UNAVEM II sem se lhe dar, em contrapartida, os recursos necessários. A presença da ONU em várias fases decisivas do processo deveria ter sido mais forte e com maior poder de intervenção. No rescaldo da UNAVEM II ficou evidente que a ONU não deveria envolver-se em acordos de paz para os quais não contribuiu; e certamente não se deveria comprometer em iniciar a missão sem antes garantir, junto dos estados membros, um mandato e os recursos financeiros necessários para cumprir a tarefa atribuída.
4. Ao contrário da UNTAG, a UNAVEM II não contou com o forte apoio dos actores internos. A Representante Especial do Secretário Geral das Nações Unidas, Margaret Anstee, reconheceu que um dos principais problemas do processo angolano foi o facto de ambas as partes não estarem inteiramente comprometidas com o processo de paz e de possuírem agendas secretas que passavam pelo desejo da conquista do poder à custa da outra parte<sup>24</sup>.
5. A nível externo a vontade de poupar obrigou a que certos aspectos do processo de paz fossem marginalizados ou mesmo ultrapassados. A ideia de que a aplicação de

---

24 Margaret Joan Anstee: *Órfão da Guerra Fria. Radiografia do Colapso do processo de Paz Angolano, 1992/1993*, p. 665.

um processo de paz tem que seguir o modelo de *step by step*, isto é, não se deve passar à fase seguinte sem a anterior estar devidamente concluída, não foi seguida em Angola. Face aos atrasos que o processo de paz estava a registar, nomeadamente na constituição do exército único, não se deveria ter passado à fase seguinte, ou seja, às eleições. Porém o desejo de poupança excluiu qualquer hipótese de adiamento das eleições. Também os principais actores angolanos, MPLA e UNITA, convencidos da sua vitória eleitoral, rejeitaram a hipótese de adiamento.

Após o recomeço dos combates entre as partes, o mandato da UNAVEM II foi adaptado à nova realidade. Esta adaptação pretendia ajudar a estabelecer um cessar-fogo e encontrar soluções que permitissem completar o processo de paz. Porém, face ao agravamento da situação no terreno e às falhas da UNAVEM II, a capacidade de actuação da ONU em Angola ficou seriamente diminuída.

Após a assinatura do Protocolo de Lusaka, a 20 de Outubro de 1994, a UNAVEM II fiscalizou a aplicação das primeiras medidas. A necessidade de dinamizar a imagem da ONU passava, necessariamente, por um novo mandato<sup>25</sup> e a pela mudança quer ao nível de pessoas<sup>26</sup>, quer ao nível do modo de actuação.

### 3. A ONUMOZ em Moçambique

À semelhança da guerra civil em Angola, o conflito em Moçambique também foi fortemente influenciado pela lógica bipolar e pela acção da potência regional da África Austral, a África do Sul. A diferença esteve nos meios envolvidos nos confrontos, que foram inferiores em Moçambique e no menor interesse internacional que este país desper-

---

25 A UNAVEM II cessou a sua existência em Fevereiro de 1995 tendo sido substituída pela UNAVEM III. A nova missão foi criada pelo Conselho de Segurança, através da resolução 976 em Fevereiro de 1995, com o objectivo de verificar o cumprimento do Protocolo de Lusaka. Para tal a UNAVEM III devia: verificar a extensão da administração governamental a todo o território; promover a reconciliação nacional; supervisionar, controlar e verificar a desmobilização dos excedentes militares de cada uma das partes; verificar o cumprimento do cessar-fogo; criar as condições necessárias para a realização da segunda volta das eleições presidenciais. Resolução 976 do Conselho de Segurança da ONU.

<http://ods-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N95/038/14/PDF/N9503814.pdf?OpenElement>

26 Para chefiar esta missão foi nomeado Alioune Blondin Beye do Mali, escolha que foi saudada pela UNITA que se tinha incompatibilizado com a antiga Representante Especial do Secretário Geral da ONU, Margaret Anstee. Face à continuação do conflito a UNAVEM III acabou por cessar as suas funções, em Junho de 1997, com a ONU a ser incapaz de travar a guerra em Angola.

tava. O início do processo de transição sul-africano e o conseqüente fim do apoio do regime do *apartheid* à Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), favoreceu o início dos contactos. O governo da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), carente de importantes apoios internacionais e esgotado por uma guerra civil muito prolongada, também aceitou a via do diálogo.

O primeiro grande obstáculo a ultrapassar para o início das negociações de paz foi o de escolher o mediador. A RENAMO pretendia Portugal, hipótese rejeitada pela FRELIMO, enquanto que o lado governamental pretendia o Zimbábue, hipótese recusada pela RENAMO. A escolha recaiu sobre a Comunidade de Sto. Egídio, uma comunidade católica sediada em Roma fundada em finais dos anos 60. Governo moçambicano e RENAMO encontram-se pela primeira vez em Roma a 8 de Julho de 1990.

O processo de negociação, liderado por quatro mediadores, Mario Raffaelli em representação do governo italiano, D. Jaime Gonçalves, Bispo católico da Beira, Andrea Ricciardi e Matteo Zuppi ambos da Comunidade de Sto. Egídio, foi muito lento. Os principais obstáculos tiveram a ver com a retirada das tropas zimbabueanas, que ocupavam os corredores da Beira e do Limpopo, do território moçambicano e com a criação do exército único. Durante as negociações, as partes moçambicanas decidiram convidar a ONU a participar na comissão responsável pela supervisão da implementação do acordo de paz. Esta intenção foi formalizada através da assinatura de uma declaração conjunta, a 7 de Agosto de 1992, por Chissano e Dhlakama onde se comprometiam a:<sup>27</sup>

*Accepting the role of the international community and especially that of the United Nations in monitoring and guaranteeing the implementation of the General Peace Agreement in particular the cease-fire and the electoral process.*

Após dois anos de negociações, Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama assinaram, a 4 de Outubro de 1992, o Acordo Geral de Paz em Roma. A implementação do processo de paz moçambicano saiu favorecido pela deterioração da situação em Angola. A ONU foi muito criticada por ter querido acelerar o processo angolano e por não ter envolvido meios suficientes para controlar o cumprimento do processo de paz. Nesse sentido, ao envolver-se no processo de paz moçambicano, a ONU pretendeu esforçar-se por apagar a má imagem deixada em Angola.

---

<sup>27</sup> United Nations: The United Nations and Mozambique, 1992-1995, p. 19.

A 3 de Dezembro de 1992, o Secretário Geral da ONU, Boutros Ghali, apresentou ao Conselho de Segurança o mandato da Missão da ONU em Moçambique, a ONUMOZ, baseado no acordo paz de Roma e que previa quatro áreas de actuação<sup>28</sup>:

1. Política - Ajudar as partes a implementar o acordo assinado.
2. Militar - Controlar o cessar fogo, a desmobilização e a retirada de tropas estrangeiras de território moçambicano.
3. Fornecer segurança em apoio ao processo de paz, com especial incidência nos corredores de Nacala, Beira e Maputo.
4. Eleitoral - Apoiar e monitorizar o processo eleitoral.
5. Humanitária - Coordenar e monitorizar as operações de assistência humanitária.

Na sequência desta proposta, o Conselho de Segurança aprovou a resolução 797<sup>29</sup> que criou a ONUMOZ.

De maneira a evitar os mesmos erros, o processo moçambicano foi mais acompanhado pela Sociedade Internacional. Assim, ficou decidido que só se passaria à fase seguinte do processo de paz, quando a fase anterior estivesse totalmente concluída. Esta metodologia fez com que as eleições gerais, inicialmente previstas para 1993, fossem adiadas para 1994. Simultaneamente, houve um maior envolvimento da ONU em Moçambique, o que permitiu à ONUMOZ estar dotada dos meios necessários para levar a cabo a sua missão, nomeadamente ao nível do número de capacetes azuis<sup>30</sup> enviados para fiscalizar o cessar fogo, desmobilização e acantonamento das forças militares.

O principal problema que a ONUMOZ enfrentou surgiu durante o primeiro dia do processo eleitoral, a 27 de Outubro, quando a RENAMO e o seu Presidente, Afonso Dhlakama se retiraram das eleições, alegando estar em marcha uma fraude maciça das mesmas. Os esforços conjuntos da ONUMOZ e de vários países conseguiram apresentar à RENAMO garantias de que eventuais irregularidades seriam devidamente investigadas. A forma e a rapidez com que este problema foi resolvido, o qual poderia ter posto em causa

---

28 Cameron Hume: *Ending Mozambique's War*, pp. 141-142.

29 Resolução 797 do Conselho de Segurança da ONU.

<http://ods-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N92/824/85/IMG/N928485.pdf?OpenElement>

30 A componente militar da ONUMOZ era composta por 6.625 capacetes azuis e mais 354 observadores militares. Para além desta componente militar, a ONUMOZ tinha uma componente civil constituída por 1.144 polícias, 506 funcionários internacionais e locais e 900 observadores eleitorais internacionais. *ONUMOZ. Facts and Figures*. [http://www.un.org/Depys/dpko/dpko/co\\_mission/onumozf.htm](http://www.un.org/Depys/dpko/dpko/co_mission/onumozf.htm)

não só o trabalho da ONU, como todo o processo de paz em Moçambique, foram sinais da boa preparação e capacidade de actuação da ONUMOZ.

O sucesso da ONUMOZ ficou patente pelo resultado final desta missão, o qual se traduziu na realização das eleições livres que permitiram a Moçambique alcançar a paz num ambiente de democracia multipartidária pondo fim a uma longa e destrutiva guerra civil. Este sucesso ficou bem patente no relatório final do Representante Especial do Secretário Geral da ONU, o italiano Aldo Ajello, apresentado ao Conselho de Segurança em Dezembro de 1994, no qual referiu a sensação de missão cumprida<sup>31</sup>:

*The mandate given to ONUMOZ, two years ago by the Security Council in the resolution 797 of December 1992 has now been successfully accomplished. ONUMOZ has verified and monitored the implementation of the General Peace Agreement signed on 4 October 1992 at Rome, from the establishment of the initial implementation structures, to the assembly of approximately 92.000 troops and the demobilisation of 80.000 of them. It coordinated and monitored humanitarian assistance operations, provided technical assistance to and verified the entire electoral process, culminating in the holding of free and fair elections from 27 to 29 October 1994. It assisted in the formation of the new joint army of almost 12.000 troops and, in accordance with Security Council resolution 898 of 22 February 1994 monitored the activities of the mozambican national force.*

O sucesso da ONUMOZ pode-se explicar através de vários factores:

1. A existência de um mandato claro e realista. Face às condições do conflito moçambicano, o mandato da ONUMOZ foi elaborado de acordo com essas condições<sup>32</sup>. Para além disso, a ONU, ao contrário do que aconteceu em Angola, esteve envolvida nas negociações de paz e, portanto, quando foi encarregada de fiscalizar o acordado não era um actor marginal.
2. O apoio internacional à ONUMOZ, o qual permitiu que esta missão estivesse dotada dos meios suficientes para levar a cabo o seu trabalho. O número de capacetes azuis adequado permitiu controlar no terreno quer a desmobilização, quer o acantonamento das tropas. O elevado número de observadores eleitorais,

---

31 L.H. (Rusty) Evans: *Preventive Diplomacy in Lesotho and Mozambique*, pp. 191-192.

32 Noutros casos, os mandatos da ONU foram demasiado ambiciosos, envolvendo questões relacionadas com a reconstrução nacional como foi o caso da missão na Somália, a UNOSOM. Theunis Aldrich: *UN Intervention in Somalia and Mozambique: Why Success is not always Cast in Stone*, p. 4.



900, enquanto que em Angola foram apenas 400, permitiu à ONUMOZ ter uma visão global sobre a forma como decorreram as eleições e investigar eficazmente as queixas apresentadas. O forte apoio internacional foi visível quer pelo elevado número de países, 35, que contribuíram financeira e humanamente para ONUMOZ, quer pelo apoio financeiro adicional fornecido por alguns doadores que ajudou a suprimir algumas falhas da ONUMOZ<sup>33</sup>.

3. A vontade das partes, Governo e RENAMO, em chegar a uma paz duradoura. Ao contrário de Angola, os actores moçambicanos não tinham nem os meios, nem as intenções e nem os apoios, para um eventual regresso à guerra.
4. Foi fundamental o papel desempenhado pelo Representante Especial do Secretário Geral da ONU, Aldo Ajello, que, para além de ser bem aceite pelas partes, conseguiu flexibilizar o mandato da ONUMOZ de modo a dar resposta à realidade no terreno. As eleições moçambicanas estiveram, inicialmente previstas para Outubro de 1993, porém, os atrasos verificados na implementação do Acordo Geral de Paz comprometeram seriamente esta data<sup>34</sup>. Na tentativa de não repetir os erros de Angola, em que apesar dos atrasos verificados as eleições se realizaram na data estabelecida, no caso moçambicano foi possível adiar a realização das mesmas por um ano. Tal situação só foi possível pelo empenho da ONU, decidida a não repetir os erros cometidos em Angola, e pelo apoio de vários estados que se disponibilizaram a financiar a continuação da ONUMOZ por mais um ano.
5. Forte apoio e pressão dos países vizinhos com interesses em Moçambique, nomeadamente África do Sul e Zimbabwe, na implementação do processo de paz.

## Conclusão

Tendo por base os exemplos das três missões da ONU na região da África Austral, podemos chegar a algumas conclusões relativas aos factores que contribuem para o sucesso das mesmas.

---

33 Richard Syngé: *Mozambique. UN Peacekeeping in Action, 1992-94*, p. 145.

34 O próprio Aldo Ajello considerou, em Abril de 1993, irrealista pensar-se que as eleições se poderiam realizar em Outubro desse ano. Um dos principais problemas tinha a ver com o atraso na transformação da RENAMO de movimento guerrilheiro em movimento político. Richard Syngé, *op. cit.*, p. 40.

Em primeiro lugar, é essencial que a ONU esteja envolvida nas negociações de paz que vão conduzir ao acordo que será suposto ela ajudar a implementar. Caso este envolvimento se verifique, é possível à ONU não só tomar conhecimento mais cedo quer com a realidade do país, quer com o conflito em si, como lhe permitirá fazer propostas ou propor modificações ao que está a ser discutido. Neste aspecto é essencial a introdução de uma certa capacidade de flexibilização dos prazos a cumprir de maneira a precaver o acordo de alguns contratemplos que existem sempre. Esta flexibilidade permitirá anular tensões entre as partes pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos.

Em segundo lugar, antes de se comprometer com determinada situação, é essencial que a ONU garanta, junto dos seus estados membros, os recursos necessários para a criação de uma missão com as características e dimensão adequadas à realidade do conflito que se pretende ajudar a acabar.

Em terceiro lugar, as missões da ONU a enviar para o terreno devem ser criadas com base em moldes flexíveis de modo a permitir-lhes a adaptação às condições que vão encontrar no terreno. Nem sempre a componente militar é prioritária, como sucedeu na Namíbia. Se o sucesso ou fracasso de uma missão depende do modo como decorre o acto eleitoral, este deve ser devidamente acompanhado ao longo das suas várias fases. Assim, as missões da ONU devem possuir recursos e elementos que lhes permitam fazer um acompanhamento adequado desta questão ao mesmo tempo que fornecem, se requisitada, assistência eleitoral às autoridades locais de modo a credibilizar o processo e legitimar o resultado final.

Finalmente, é fundamental que os principais actores internos, estejam não só empenhados com o processo de paz, como também estejam de acordo com a presença da ONU no terreno. Sem um compromisso total das partes em confronto, o que implica que não existam agendas secretas, não é possível à ONU desenvolver a sua acção.

## Bibliografia

ALDRICH, Theunis (2000): UN Intervention in Somalia and Mozambique: Why Success is not always Cast in Stone, Global Dialogue volume 5.1, May, Institute for Global Dialogue, Pretoria, 5 pp.

ANSTEE, Margaret Joan (1996): Órfão da Guerra Fria. Radiografia do Colapso do Processo de Paz Angolano 1992/1993, Campo de Letras Editores S.A., Porto, 709 pp.

CAMPOS, Armando de (1996): África do Sul: Potência Regional, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 595 pp.

CILLIERS, Jakkie & MILLS, Greg (1994): Peacekeeping in Africa, Institute for Defence Policy & South African Institute of International Affairs, Braamfontein, pp. 1-7.

EVANS, L. H. (Rusty) (1995): "Preventive Diplomacy in Lesotho and Mozambique", in Peacekeeping in Africa, Jakkie Cilliers & Greg Mills, Institute for Defence Policy & South African Institute of International Affairs, Braamfontein, pp. 187-198.

GOULDING, Marrarak (1993): "The Evolution of United Nations Peacekeeping", in International Affairs, 69 (3), July.

HEARN, Roger (1999): UN Peacekeeping in Action. The Namibian Experience, Nova Science Publishers, Inc, New York, 272 pp.

HUME, Cameron (1994): Ending Mozambique's War: The Role of Mediation and Good Offices, United States Institute of Peace Press, Washington D.C., 162 pp.

SYNGE, Richard (1997): Mozambique. UN Peacekeeping in Action, 1992-1994, United States Institute of Peace Press, Washington D. C., 221 pp.

SWAPO (1981): Nasce Uma Nação: A Luta de Libertação da Namíbia, Departamento de Informação e Publicidade da SWAPO, Zed Press, Londres, 395 pp.

UNITED NATIONS (1995): The United Nations and Mozambique, 1992-1995, The United Nations Blue Books Series, Volume V, Department of Public Information, United Nations, New York, 321 pp.

VENÂNCIO, Moisés (1994): The United Nations, Peace and Transition: Lessons from Angola, Lumiar Papers nº 3, Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, Lisboa, 79 pp.

WILLIAMS, Gwyneth & HACKLAND, Brian (1988): The Dictionary of Contemporary Politics of Southern Africa, Routledge, London, 339 pp.

## Documentos Retirados da Internet

- Carta da Organização das Nações Unidas.  
<http://www.un.org/Overview/Chapter/chapte11.html>

- Report of the Panel on United Nations Peace Operations.  
*[http://www.un.org/peace/reports/peace\\_operations/](http://www.un.org/peace/reports/peace_operations/)*
- Resolução 385 do Conselho de Segurança da ONU.  
*<http://www.un.org/documents/sc/res/1976/76r.385e.pdf>*
- Resolução 435 do Conselho de Segurança da ONU.  
*<http://www.un.org/documents/sc/res/1978/78r435e.pdf>*
- Resolução 696 do Conselho de Segurança da ONU.  
*<http://ods-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NRO/696/32/IMG/NR059632.pdf?OpenElement>*.
- Resolução 747 do Conselho de Segurança da ONU.  
*<http://ods-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NRO/011/06/IMG/NR001106.pdf?OpenElement>*.
- Resolução 976 do Conselho de Segurança da ONU.  
*<http://ods-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N95/038/14/PDF/N9503814.pdf?OpenElement>*.
- Resolução 797 do Conselho de Segurança da ONU.  
*<http://ods-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N92/824/85/IMG/N928485.pdf?OpenElement>*
- ONUMOZ. Facts and Figures.  
*[http://www.un.org/Depys/dpko/dpko/co\\_mission/onumozf.htm](http://www.un.org/Depys/dpko/dpko/co_mission/onumozf.htm)*
- UNTAC. Facts and Figures.  
*[http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/co\\_mission/untac.htm](http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/co_mission/untac.htm)*
- UNTAG. Facts and Figures.  
*[http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/co\\_mission\(untagF.htm](http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/co_mission(untagF.htm)*
- UNAVEM II. Facts and Figures.  
*<http://www.un.org/Depts/dpko/missions/unavem2/UnavemIIF.html>*